

RESUMO

LINGUAGEM E SUBJETIVIDADE: A CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Wanessa da Silva Rocha Oliveira
Rede Municipal de Educação de Goiânia
wanessaroliveira@yahoo.com.br
Comunicação oral

O presente trabalho apresenta o estudo e a reflexão acerca da importância da linguagem na constituição, organização e funcionamento mental da criança. Uma temática que tem suscitado uma série de reflexões e questionamentos, tais como: Qual a importância e a função da linguagem no desenvolvimento infantil? Quais os fatores que atuam no processo de desenvolvimento da linguagem na criança? Como discutir e intervir na constituição e formação da subjetividade da criança enquanto um ser social, político, cultural e histórico?

Neste sentido, o presente trabalho visa a aprofundar os estudos e pesquisas referentes ao desenvolvimento e a função da linguagem na constituição e formação da subjetividade infantil. Possui uma relevância especial ao propor o desafio de repensar as concepções de infância, linguagem e subjetividade. Um desafio que se faz necessário para a elaboração de uma proposta capaz de construir o conhecimento das crianças sobre o mundo que as cerca e de si mesmas, reconquistando seu lugar de sujeito e autor neste mundo. Uma concepção de linguagem que sustente a organização e a significação de suas ações, proporcionando a criança uma interação constante no meio em que encontra inserida, em uma ambiência cultural e, sobretudo em um sistema de relações predominantemente sociais.

Deste modo, o presente trabalho se desenvolverá mediante uma pesquisa bibliográfica referente ao tema em questão, tendo como principal referência as contribuições de Bakhtin (1992), Vygotsky (1998), Benjamin (1984) e González Rey (2005), que rompem com as abordagens convencionais da infância, irrompendo uma perspectiva que procura negar tanto a infantilização da criança, quanto a burocratização ou a instrumentalização da linguagem. Sendo que os referidos autores, ao procurarem elucidar uma ciência dos valores da ação e uma ciência dos valores da expressão, da emoção e da criação humanas, buscam definir uma concepção de linguagem, infância e subjetividade que ocupa lugar de destaque na re-significação do sentido da vida moderna e de suas contradições.

Palavras- chaves: INFÂNCIA – LINGUAGEM – SUBJETIVIDADE
LINGUAGEM E SUBJETIVIDADE: A CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

TEXTO COMPLETO

Wanessa da Silva Rocha Oliveira
Rede Municipal de Educação de Goiânia
wanessaroliveira@yahoo.com.br
Comunicação oral

Sabemos que a linguagem é um dos eixos básicos na educação infantil, dada sua importância para a constituição e formação do sujeito, assim, torna-se fundamental refletirmos sobre a função da linguagem na constituição e formação da subjetividade na infância.

Na tentativa de aprofundarmos nos estudos e pesquisas desenvolvidas por Bakhtin (1992) e Benjamin (1984) referentes a esta temática, e buscando articular o pensamento de tais autores com o pensamento de Vygotsky, a impressão primeira é de uma complementaridade. Essa complementaridade é, no entanto, marcada por diferentes caminhos na direção de um mesmo ponto essencial: a linguagem como espaço de recuperação do sujeito como ser histórico e social.

Nesta perspectiva Bakhtin (1992) mostra que a linguagem só pode ser analisada, na sua devida complexidade, quando considerada como fenômeno sócio-ideológico e apreendida dialogicamente no fluxo da história. Sua concepção de linguagem vai ser construída a partir de uma crítica radical às grandes correntes da linguística contemporânea, por considerar que essas teorias não trabalham a língua como fenômeno social.

Para Bakhtin (1992),

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN, 1992, p. 123).

Assim sendo, a categoria básica da concepção de linguagem em Bakhtin (1992) é a interação verbal, cuja realidade fundamental é seu caráter dialógico. Para ele, toda enunciação é um diálogo, faz parte de um processo de comunicação ininterrupto. Não há enunciado isolado, todo enunciado pressupõe aqueles que o antecederam e todos os que o sucederão; um enunciado é apenas um elo de uma cadeia, só podendo ser compreendido no âmbito dessa cadeia.

Para Bakhtin (1992), a significação é compreendida como pertencendo a uma palavra, não enquanto tal mas sim, enquanto traço de união entre interlocutores. A significação é, portanto, um efeito da interação social e, nessa medida, o núcleo organizador de qualquer enunciação é externo ao indivíduo.

Desse modo, o referido autor afirma que:

Os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada; eles penetram na corrente da comunicação verbal; ou melhor, somente quando mergulham nessa corrente é que sua consciência desperta e começa a operar... Os sujeitos não “adquirem” a língua materna; é nela e por meio dela que ocorre o primeiro despertar da consciência (BAKHTIN, 1992, p. 108).

Nesse sentido, podemos afirmar que aquele que compreende participa do diálogo, continuando a criação de seu interlocutor, multiplicando a riqueza do já dito. Ora, tanto Bakhtin (1992) quanto Vygotsky (1998) destacam o valor fundamental da palavra como o modo mais puro de interação social.

Bakhtin (1992) argumenta que, é no fluxo da interação verbal que a palavra se transforma e ganha diferentes significados de acordo com o contexto em que surge, sua realização como signo ideológico está no próprio caráter dinâmico da realidade dialógica das interações sociais. O diálogo revela uma forma de ligação entre a linguagem e a vida, permitindo que a palavra seja o próprio espaço no qual se confrontam os valores sociais contraditórios.

Vygotsky e Bakhtin *apud* Jobim e Souza (1995), ressaltam que, no diálogo, as expressões faciais, os gestos, o tom das vozes e um conhecimento mútuo do tema, enfim, tudo aquilo que constitui o valor apreciativo que os interlocutores conferem ao tema do referido diálogo é, por assim dizer, parte integrante da compreensão diferenciada do significado das palavras nesse diálogo específico. Este fato é salientado por Jobim e Souza (1995) quando enfatiza que:

[...] a unidade do mundo está nas múltiplas vozes que participam do diálogo da vida e na história. Assim como não há nem a primeira nem a última palavra, também não existe nem a primeira nem a última verdade, mas verdades que se constituem na linguagem e por meio dela, continuamente ao longo da história. A unidade do mundo é polifônica (JOBIM e SOUZA, 1995, p. 136).

Ao discutir o modo de apreensão das formas linguísticas pelos falantes, Bakhtin (1992) pondera que:

Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis

ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial (BAKHTIN, 1992, p. 95).

Seguindo o raciocínio do autor podemos dizer que em cada pessoa, há um potencial de sentido que necessita ser desvendado. O outro precisa “chegar a ser palavra”, quer dizer, iniciar-se num contexto verbal e semântico possível para se revelar. A parte verbal de nosso comportamento, seja esta linguagem interior ou exterior, não pode ser de forma alguma atribuída a um sujeito individual tomado isoladamente, o enunciado verbal não se limita ao indivíduo que o expressa, mas pertence também a seu grupo social. Restaurar o espaço do sentido significa, portanto, devolver ao sujeito não apenas seu discurso, mas a autoria da sua palavra e o lugar do seu desejo no confronto com a realidade.

Para Bakhtin (1992), tomar consciência de si é se assujeitar a uma norma social, a um julgamento de valor, é tentar, num certo sentido, ver-se com os olhos de um outro representante de seu grupo social, de sua classe e, portanto, pode ser melhor compreendida como um reflexo do social que se manifesta na particularização.

Deste modo, *ser* significa ser para o outro e, por meio do outro, para si próprio. O território interno de cada um não é soberano, é com o olhar do outro que nos comunicamos com nosso próprio interior. Tudo que diz respeito a mim assegura Bakhtin (1992), chega à minha consciência por meio da palavra dos outros, com sua entoação valorativa e emocional. Do mesmo modo que o corpo da criança, inicialmente, forma-se no interior do corpo da mãe, a consciência do homem desperta a si própria envolvida na consciência alheia.

Assim, ao retornar para si o olhar e as palavras impregnadas de sentidos que o outro lhe transmite, a criança acaba por construir sua subjetividade a partir dos conteúdos sociais e afetivos que esse olhar e essas palavras lhe revelam.

Neste sentido, podemos nos acercar da linguagem infantil, percebendo quanto importa o sentido do olhar e das palavras que dirigimos às crianças, na medida em que estas apreendem os seus vários sentidos e significados, compreendendo que cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso que funciona como um espelho que reflete e refrata o cotidiano.

A palavra é a revelação de um espaço no qual os valores fundamentais de uma dada sociedade se explicitam e se confrontam. A fala ou o texto da criança coloca-nos frente a frente com o mundo tal qual idealizado e construído por nós, quer seja nos seus aspectos perversos ou estigmatizantes, quer seja na sua dimensão crítica e

transformadora da ordem estabelecida. Portanto, escutar a criança é uma oportunidade de retomarmos, a partir do ângulo dela, um olhar crítico sobre as idéias e valores de nossa cultura.

Para Bakhtin (1992), o sentido da realidade não se esgota nas interações entre olhares e palavras que ocorrem entre as pessoas, também está presente nos objetos inventados pelo homem e que existem ao nosso redor. Como nos afirma Jobim e Souza (1995): “O campo semântico da realidade, embora criado a partir da linguagem, não se esgota nas interações estritamente verbais entre os homens, mas se expande e se renova nas interações dos homens com o mundo dos objetos criados por eles” (JOBIM e SOUZA, 1995, p. 66).

Deste modo, sendo a linguagem o que caracteriza e marca o homem, trata-se de restaurarmos o espaço do sentido na nossa realidade. O sentido da palavra é o caminho para o resgate daquilo que no homem é sujeito, no qual ele não se anula e nem se desfaz.

Nesta perspectiva, o sujeito assume uma importância fundamental, como nos afirma González Rey (2005),

A definição de um homem constituído subjetivamente em sua própria história, em que o sentido aparece como registro emocional comprometido com os significados e as necessidades que vão desenvolvendo-se no decorrer de sua história, fazem da categoria sujeito uma peça-chave para entender os complexos processos de constituição subjetiva e de desenvolvimento, tanto dos processos sociais como dos individuais (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 235).

Para esse autor o sujeito é sujeito do pensamento, mas não de um pensamento compreendido de forma exclusiva em sua condição cognitiva e sim, de um pensamento entendido como processo de sentido. Sendo que o pensamento se define como um processo psicológico, não somente por seu caráter cognitivo, mas por seu sentido subjetivo, pelas significações e emoções que se articulam em sua expressão, que não é automática, mas construída pelo sujeito mediante complexos desenhos intencionais e conscientes, nos quais também não se esgota seu caráter subjetivo.

Assim, para González Rey (2005) o sujeito em sua ação processual e reflexiva intervém como momento constituinte de si mesmo e dos espaços sociais em que atua, a partir dos quais pode afetar outros espaços sociais. O sujeito representa um momento de subjetivação dentro dos espaços sociais em que atua e, simultaneamente, é constituído dentro desses espaços na própria ação processual que se caracteriza dentro deles, a qual está sempre comprometida direta ou indiretamente com inúmeros sistemas de relação.

A subjetividade individual para González Rey (2005) se expressa na ação do sujeito de forma constante e processual. Sendo que a organização da subjetividade individual tem na ação intersubjetiva um momento permanente de expressão e de confronto que garante a processualidade de sua organização dentro de um processo de desenvolvimento permanente ao longo da vida do sujeito.

Deste modo, o autor acima nos afirma que:

A linguagem não é somente uma manifestação simbólica presente nos discursos que circulam socialmente, é também uma expressão simbólica do sujeito pela qual este constrói suas diferentes formas de participação no complexo processo de sua vida social e atua sobre seu próprio desenvolvimento subjetivo, com independência de que o impacto subjetivo dessa participação não esteja limitado na intencionalidade dessa participação consciente (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 236).

Neste sentido, Walter Benjamin (1984), atribui tanto aos surrealistas como às crianças a capacidade de descobrir nos objetos a via para uma outra compreensão da realidade e para um novo olhar crítico dirigido às coisas do mundo. Na brincadeira, a criança transforma os objetos em outros. Seu olhar, igual à lente de uma câmera, penetra os objetos e descobre neles a vida que emana do mundo morto das coisas.

Os fragmentos que compõem os escritos de Benjamin (1984) sobre a infância desembocam numa visão precisa e sensível do cotidiano. O autor nos permite penetrar na magia do mundo dos objetos, pois são eles que alimentam a imaginação da criança, dando conteúdo e forma aos segredos que revela. A criança emprega suas mágicas usando metamorfoses múltiplas, só ela dispõe tão bem da capacidade de estabelecer semelhanças. Esse dom a separa dos adultos, cuja imaginação se encontra bem adaptada à realidade.

Em vários de seus fragmentos Benjamin (1984), ressalta o modo como a criança constrói seu universo particular, dando outra significação ao cotidiano, incorporando às suas vivências uma mística que enfatiza sua sensibilidade pelo mundo dos objetos, como podemos observar no fragmento transcrito abaixo:

Para ela, tudo se passa como em sonhos: ela não conhece nada de permanente; tudo lhe acontece, pensa ela, vai-lhe de encontro, atropela-a. Seus anos de nômade são horas na floresta do sonho. De lá ela arrasta a presa para casa para limpá-la, fixá-la, desenfiteçá-la. Suas gavetas têm de tornar-se casa de armas e zoológico, museu criminal e cripta. “Arrumar” significaria aniquilar uma construção cheia de castanhas espinhosas que são um maças medievais, papéis de estanho que são um tesouro de prata, cubos de madeira que são escudos. No armário de roupas de casa da mãe, na biblioteca do pai, ali a criança já ajuda há muito tempo, quando no próprio distrito ainda é sempre o anfitrião inconstante, aguerrido (BENJAMIN, 1987, p. 39).

Para melhor compreendermos o papel da imaginação na constituição da realidade, encontramos em Vygotsky (1998) um caminho que nos leva a observar a relação da criança e seus jogos. Na experiência da criança não há limites rígidos entre imaginação e realidade; a forma peculiar com que a criança é capaz de lidar com o mundo objetivo nos permite uma compreensão mais profunda dos mecanismos da atividade criadora do homem.

Na infância, a imaginação, a fantasia, o brinquedo não são atividades que podem se caracterizar apenas pelo prazer que proporcionam. Para a criança, o brinquedo preenche uma necessidade. Portanto, a imaginação e a atividade criadora são para ela, efetivamente, constituidoras de regras de convívio com a realidade.

Segundo Vygotsky (1998),

A criação de uma situação imaginária não é algo fortuito na vida da criança; pelo contrário, é a primeira manifestação da emancipação da criança em relação às restrições situacionais. O primeiro paradoxo contido no brinquedo é que a criança opera com um significado alienado numa situação real. O segundo é que, no brinquedo, a criança segue o caminho do menor esforço – ela faz o que mais gosta de fazer, porque o brinquedo está unido ao prazer – e, ao mesmo tempo, aprende a seguir os caminhos mais difíceis, subordinando-se a regras e, por conseguinte, renunciando ao que ela quer, uma vez que a sujeição a regras e a renúncia à ação impulsiva constitui o caminho para o prazer no brinquedo (VYGOTSKY, 1998, p.130).

No entanto, se em seus jogos as crianças reproduzem muito daquilo que experimentam na vida diária, as atividades infantis não se esgotam na mera reprodução. Isso porque as crianças não se limitam apenas a recordar e reviver experiências passadas quando brincam, mas as reelaboram criativamente, combinando-as entre si e edificando com elas novas possibilidades de interpretação e representação do real, de acordo com as suas afeições, suas necessidades, seus desejos e suas paixões.

A criança, ao inventar uma história, retira os elementos de sua fabulação de experiências reais vividas anteriormente, mas a combinação desses elementos constitui algo novo. A novidade pertence à criança sem que seja mera repetição de coisas vistas ou ouvidas. Essa faculdade de compor e combinar o antigo com o novo, tão facilmente observada nas brincadeiras infantis, é a base da atividade criadora do homem.

Para Vygotsky (1998), a imaginação é uma experiência de linguagem. A linguagem no brinquedo, significa sempre necessidade de libertação e criação. Se é no real que a criança procura os elementos constitutivos de sua imaginação, suas histórias, embora fantasias, não deixam de ser expressão de uma realidade possível. A imaginação da criança trabalha subvertendo a ordem estabelecida, pois impulsionada pelo desejo e

pela paixão, ela está sempre pronta para mostrar uma outra possibilidade de apreensão das coisas do mundo e da vida.

A infância para o autor é o momento em que a linguagem humana emerge como significação, pois é na fala da criança que acontece a passagem do signo linguístico para a ordem do sentido, pois para penetrar na corrente viva da língua, a criança deve operar uma transformação radical, ou seja, transformar a experiência em discurso humano.

Deste modo, a infância não é apenas uma etapa cronológica na evolução do homem que possa ser estudada como fato humano independente da linguagem. Como nos esclarece Jobim e Souza (1995):

Sendo um momento na história do homem, que se repete eternamente, manifesta, nesse eterno retorno, aquilo que essencialmente permanece como fato humano. É nesse sentido que uma tal concepção de infância não é algo que possa ser compreendido antes da linguagem ou independentemente dela, pois é na linguagem e pela linguagem que o homem constitui a cultura e a si próprio (JOBIM e SOUZA, 1995, p.151).

Assim sendo, Jobim e Souza (1995) esclarece-nos que não é fora da linguagem que devemos procurar os limites da linguagem, mas na linguagem mesma; entretanto, fazer uma experiência desse gênero só é possível onde as palavras desaparecem nos lábios. Essas idéias ressonam e se ampliam nas palavras de Clarice Lispector, pois, para ela a palavra esquecida e ao mesmo tempo almejada é um passo atrás em direção à pura expressão. No livro de Jobim e Souza, já mencionado, é dado destaque ao pensamento de Lispector (1995) que ressalta:

O pré-pensamento é um preto e branco. O pensamento com palavras tem cores outras. O pré-pensamento é o pré-instante. O pensamento é materialização do que se pré-pensou. Na verdade o pré-pensar é o que nos guia, pois está intimamente ligado à minha muda inconsciência. O pré-pensar não é racional. É quase virgem. Às vezes a sensação de pré-pensar é agônica: é a tortuosa criação que se debate nas trevas e que só se liberta depois de pensar – com palavras (LISPECTOR *apud* JOBIM e SOUZA, 1995, p.151).

Neste sentido, Benjamin (1984) nos proporciona uma reflexão filosófica sobre o empobrecimento da experiência do homem no mundo moderno e suas repercussões no uso da linguagem, abordando as questões da linguagem por meio de aspectos que poderiam ser considerados estranhos e singularmente anacrônicos. Benjamin (1984) se interroga sobre sua essência, recorrendo à teologia e à mística judaica. Seus textos sobre a linguagem, embora muitas vezes considerados extremamente herméticos, transmitem, no entanto, uma oposição constante a uma concepção de linguagem como puro instrumento ou veículo de informações e conhecimentos. Sua preocupação,

fundamental é resgatar a dimensão expressiva da linguagem, dimensão esta que vem se deteriorando progressivamente e perdendo seu espaço no mundo moderno.

Além de tomar a linguagem como referência fundamental para a crítica da cultura e da modernidade, Benjamin (1984) também encaminha uma discussão epistemológica no âmbito da filosofia, colocando a linguagem no centro da discussão sobre a distinção entre conhecimento e verdade.

Neste sentido, Jobim e Souza (1995) procurou definir com a ajuda de Benjamin, Vygotsky e Bakhtin, uma concepção de linguagem e de infância que fosse capaz de ocupar um lugar de destaque na ressignificação do sentido da vida moderna e de suas contradições, evitando qualquer ilusão progressista ou qualquer visão sistematicamente pessimista.

Para a referida autora,

Considerando a diversidade dos modos de semiotizar o real no mundo moderno, torna-se prioritário recusar as imposições que a criança sofre, desde muito cedo, aos valores, às significações e aos comportamentos dominantes, preservando assim a possibilidade de ela se reapropriar dos componentes da singularização e resistir, peremptoriamente, a toda subjetividade da equivalência generalizada (JOBIM e SOUZA, 1995, p.159).

Nesta perspectiva, ao negar uma compreensão da criança que a desqualifica como alguém incompleto, quer dizer, que se constitui num vir-a-ser distante no futuro, Jobim e Souza (1995) privilegiou situá-la no espaço em que o tempo se entrecruza entre presente, passado e futuro, rompendo, desse modo, com a noção de tempo vazio e linear que flui numa direção única e preestabelecida.

De acordo com a autora, a criança não se constitui no amanhã: ela é hoje, no seu presente, um ser que participa da construção da história e da cultura de seu tempo, sendo que as questões de infância, linguagem, experiência e temporalidade podem ser assim retomadas a partir de parâmetros radicalmente diferentes, possibilitando a construção de um caminho desviante na apreensão crítica das coisas, do mundo moderno e das contradições da cultura de nossa época.

Em cada geração, principalmente na idade contemporânea, aparecem, no mundo das coisas e das técnicas, objetos e materiais que unicamente as crianças são capazes de experimentar, pois a criança está sempre pronta para criar outros sentidos para os objetos que possuem significados fixados pela cultura dominante, ultrapassando o sentido único que as coisas novas tendem a adquirir.

Jobim e Souza (1995) afirma que,

Sendo capaz de denunciar o novo no contexto do sempre igual, ela desmascara o fetiche das relações de produção e consumo. A criança conhece o mundo enquanto o cria e, ao criar o mundo, ela nos revela a verdade sempre provisória da realidade em que se encontra. Construindo seu universo particular no interior de um universo maior reificado, ela é capaz de resgatar uma compreensão polifônica do mundo, devolvendo, através do jogo que estabelece na relação com os outros e com as coisas, os múltiplos sentidos que a realidade física e social pode adquirir. Por isso enriquece permanentemente a humanidade com novos mitos (JOBIM e SOUZA, 1995, p. 160).

Neste sentido, ao pertencer ao domínio intermediário entre a conquista da ordem social do mundo dos adultos e o desfiguramento desse mesmo mundo, proporcionado pelo modo irreverente com que a criança se expressa no jogo de linguagem, na fantasia e no diálogo com o outro, é que a criança resiste ao seu enquadramento compulsório num mundo de adultos enrijecidos, além de se constituir na melhor garantia de orientar um outro olhar ético e estético sobre o mundo contemporâneo.

Deste modo, resgatar a construção de uma experiência por meio da linguagem e sua articulação com um pensamento próprio é um dos processos que definem o *ser sujeito*, como momento de um processo de subjetivação dentro do qual a linguagem adquire sentido e significado.

Assim, sonhando a vida na ação e na linguagem, descontextualizando espaço e tempo, subvertendo a ordem e desarticulando conexões é que a infância problematiza as relações do homem consigo mesmo, com a cultura e com a sociedade. E precisamente essa sua dimensão crítica frequentemente desprezada como sendo uma visão ingênua, infantil e mágica da realidade, que procuramos explorar, destacar e revelar ao longo deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 16 ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões**: a criança, o brinquedo, a educação. São Paulo: Summus, 1984.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Psicología y lenguaje:** el lugar de los significados em la vida psíquica. Saberes. Centro Universitário de Jaraguá del Sur, 2000.

----- **Sujeito e Subjetividade:** uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Pioneira Thonson Learning, 2005.

JOBIM e SOUZA, Solange. **Infância e linguagem:** Bakhtin, Vygotsky e Benjamin. 2 ed. São Paulo: Papirus, 1995.

----- (org.). **Subjetividade em questão:** a infância como crítica da cultura. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.

MIRANDA, Luciana Lobo. **Subjetividade: a (des) construção de um conceito.** In: JOBIM e SOUZA, Solange (org.) Subjetividade em questão: a infância como crítica da cultura. Rio de Janeiro: 7 letras, 2005.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. *Et Al.* **Creches:** crianças, faz de conta & cia. 8 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

SOUZA, Sônia M. Gomes. **Os estudos da infância e da criança a partir da teoria sócio-histórica.** In: XIV Encontro Nacional da ABRAPSO – Diálogos em psicologia social. Rio de Janeiro, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

----- **Pensamento e linguagem.** 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.